

## A INSTITUCIONALIDADE CONTEMPORÂNEA E A “UTOPIA” DE BENTHAM

Por Ana Leonor Pereira\*

Nesta comunicação propomo-nos falar da institucionalidade contemporânea (1789-1945) a partir de uma figura arquitectónica — o *Panóptico* de Bentham — que inspirou a Michel Foucault a *hipótese do panoptismo*, isto é, do poder característico das *sociedades disciplinares*: poder que se encontra disseminado em termos micro-físicos na realidade sócio-institucional e que é, portanto, irreduzível ao Estado e seus aparelhos.

Trata-se de apresentar alguns traços da institucionalidade contemporânea trazendo para primeiro plano a sua face simultaneamente normalizadora das existências individuais e produtora de aparente consenso social. Esta perspectiva não secundariza a riqueza ideológica, jurídica e política dos tempos contemporâneos — planos que legitimamente têm sido objectivados na sua especificidade e autonomia relativa. Antes, inscreve-os na rede de relações de micro-poderes e de micro-saberes que se coordenam transversalmente no todo social.

Defendemos a hipótese de que a institucionalidade contemporânea não é de tipo *repressivo*. A estratégia do *iluminismo panóptico* pode resumir-se num termo: a *vigilância* fundada nos princípios da *circularidade*, da *transparência* e da *não-reciprocidade* do olhar como na “utopia” de

---

\* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Bentham. O sistema de vigilância normalizadora que se encontra disseminado na família, na escola, na prisão, na fábrica, no partido político, na creche, no hospital ou até no jornal é definido como um *pedagogismo criador* que, entre outras tecnologias, inventou o *tempo funcional* para gerir as existências individuais. Por outro lado, a vigilância institucional fez emergir um dispositivo novo: o *exame*. Os materiais de examinação institucional (desde as estatísticas aos questionários, entre outros géneros de registos) proporcionaram a criação de objectos de saber, entre os quais o *indivíduo*. Daí que, quanto mais se desenvolvia e diversificava a rede institucional mais disciplinas novas se estruturavam em torno do *indivíduo* e portanto mais técnicas normalizadoras eram colocadas à disposição do sistema institucional que, ao aplicá-las, gerava novas fontes de inspiração para as ciências do homem. O poder produz saber e vice-versa; a relação entre poder e saber é circular e dinâmica. O pedagogismo normalizador define, a nosso ver, a institucionalidade criadora da 'religião' industrialista e burguesa do *Homo Faber* — *Homo Oeconomicus* — *Homo Docilis*. Concluiremos assim que a contemporaneidade realizou a utopia de Bentham.

Em certa medida estas *sociedades disciplinares* já nos são estranhas pois que elas entraram em crise desde a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, dando lugar, progressivamente, às *sociedades de controlo* (Gilles Deleuze, *Les Sociétés de Contrôle*, Debat, L'Autre Journal, Mai, 1990, pp. 111-114).

Com efeito, por finais do século XVIII, uma nova institucionalidade começa a tomar corpo e a ganhar raízes no Ocidente europeu. A riqueza de tipo jurídico-político que historicamente foi revelando e assumindo encontra-se muito bem tratada pelos contemporanistas especializados neste campo. Deve referir-se, nomeadamente, as gramáticas ideo-políticas das *Luzes liberais* mas também das *Luzes radicais, socialistas, comunistas e anarquistas*; a estratégia político-económica das burguesias triunfantes com as suas operações político-institucionais para neutralizar as contradições, conflitos e divisões sociais e para desvirtuar a resistência defensiva e ofensiva dos movimentos e organizações dos operários e das pequenas burguesias; a problemática constitucional; o estado e seus aparelhos; o processo histórico de democratização política das sociedades ocidentais, etc., etc..

Outro tanto não se dirá da caracterização desta nova institucionalidade em função da vida social quotidiana considerada como uma rede de relações de micro-poderes e micro-saberes onde se desenrola a existência individual. É neste ponto de vista que nos colocaremos. Trata-se de uma perspectiva limitada pois necessariamente silencia muitas faces desta institucionalidade.

A matéria que nos ocupa pode formular-se interrogativamente nos

seguintes termos: como figurar a institucionalidade contemporânea tendo em conta a sua estratégia produtora do funcionamento harmónico, mesmo aparente, das sociedades ocidentais, grosso modo, desde a Grande Revolução Francesa de 1789 até meados do séc. XX?

Desde logo, impõe-se reconhecer nas paisagens concretas desta época a força actuante das *Luzes setecentistas*. Luzes optimistas e revolucionárias, inimigas do fatalismo providencialista e da circulação do poder exclusivamente nas *veias azuis*. Luzes propugnadoras da ideia da eficácia do poder «ortopédico» da Razão no governo da vida pública. Num certo sentido, estas Luzes cresceram e multiplicaram-se na dinâmica relacional que une saber e poder. E, a julgar pelo perfil técnico deste período histórico onde é possível surpreender recortes funcionais variadíssimos do maquinismo em expansão, é-se levado espontaneamente a associar LUZ e MÁQUINA. Ora, justamente, a melhor figura que se nos oferece sugerir para entender a institucionalidade desta época é uma MÁQUINA LUMINOSA, tão perfeita que a sua maquinaria não se dá a ver ou melhor, parece não existir fenomenologicamente. Ela chama-se PANOPTISMO em honra do criador do *Panóptico*, Jeremias Bentham (1748-1842). A hipótese do panoptismo nasceu nos textos de Michel Foucault dos anos setenta, particularmente na obra *Vigiar e Punir* de 1975. Aí, o panoptismo é o *nome do poder* próprio das sociedades contemporâneas, ditas disciplinares. Aqui, propõe-se tomar o *Panóptico* enquanto *figura simbolizante* da institucionalidade contemporânea. Ele servirá de referência para se abrir um debate acerca da estratégia operativa do sistema institucional, ou melhor, dos micro-sistemas institucionais que enquadram a vida e os corpos dos indivíduos.

O substantivo panóptico encerra em si e manifesta imediatamente a sua capacidade de ver tudo. Com efeito, o Panóptico é um edifício em forma de anel no meio do qual há um pátio com uma torre no centro. O anel é dividido em pequenas celas completa e continuamente iluminadas tanto de dia como de noite. Na torre central há um vigilante colocado precisamente na posição estratégica para tudo observar. Cada cela pode ser ocupada por um operário trabalhando, um prisioneiro em penitência, um louco elaborando o seu delírio, uma criança aprendendo, conforme se trate respectivamente de uma fábrica, uma prisão, um manicómio, uma escola, etc. (vide J. Bentham *El Panoptico*, Madrid, las Ediciones de la Piqueta, 1979, p. 81). Este modelo de disposição organizada e funcional é igualmente aplicável a hospitais, jardins zoológicos, museus, aparelhos de estado, quartéis, jardins infantis, e mais perto de nós, a supermercados, etc., e mesmo cidades. O seu sucesso funcional reside simplesmente nos *princípios da circularidade e da transparência* do edifício (vide J. Bentham, *ob. cit.* p. 75 e ss.). Porque ele é circular e transparente, todos os

gestos dos indivíduos estão expostos ao olhar do vigilante que observa através de postigos ou gelosias de modo a poder ver tudo sem poder ser visto. A sua eficácia resulta da *não-reciprocidade do olhar*. Deste modo, o panóptico em si e por si mesmo opera a gestão dos corpos, do tempo, das impressões de uma determinada população porque mesmo que não haja ninguém na torre central, a vigilância é igualmente sentida, pois funciona automaticamente. *A torre panóptica desencadeia por si mesma efeitos de poder*; ela instala-se directamente na consciência do indivíduo que gradualmente entra no caminho da auto-vigilância. Nas palavras de Bentham: «a vantagem fundamental do panóptico é tão evidente, que querer prová-la seria arriscar-se a obscurecê-la. Estar necessariamente à vista de um inspector é perder de facto o poder de fazer mal, e quase o pensamento de intentá-lo» (ob. cit. p. 37). Mas não é o inspector concreto que produz este efeito. A historiadora espanhola Maria Jesús Miranda lembra-nos que este problema foi muito bem visto por Kropotkin. Na obra *As Prisões* ele escreveu: «ponha-se um Pestalózzi em frente de cada prisão (...) e ter-se-á a reincidência» (*Bentham en España*, p. 139, anexo a Jeremias Bentham, *El Panoptico*, ob. cit.).

Dir-se-ia, então, que a vontade de corrigir, ensinar, curar ou outras funciona através da representação abstracta do inspector, do pedagogo, do médico e outros. No panóptico, o vigilante pode retirar-se, ser substituído, partilhar com outros a sua acção, delegar noutrém a sua responsabilidade porque estas trocas, ausências e movimentos não interferem com a representação da vigilância, simbolizada pela torre central. Li, algures, que na prisão penitenciária *La Petite Roquette*, em meados do século XIX, em vez do director colocou-se na torre de vigilância o cozinheiro (!) e o efeito era o mesmo. Significa isto que qualquer indivíduo, no limite, pode fazer funcionar a máquina? É uma hipótese a não rejeitar. (Veja-se Georges Orwell, *Animal Farm*, 1945). Portanto, desde que se proceda a uma «certa distribuição concertada dos corpos, das superfícies, das luzes, dos olhares (...) uma sujeição real nasce mecanicamente de uma relação fictícia. De modo que não é necessário recorrer à força para obrigar o condenado ao bom comportamento, o louco à calma, o operário ao trabalho, o escolar à aplicação, o doente à observância das receitas» (Michel Foucault, *Surveiller et Punir*, Paris, Gallimard 1975, p. 203-204).

O sucesso desta utopia institucional já se pode avaliar actualmente. Hoje, é possível, por exemplo, questionar o internamento, fazer prisões abertas e hospitais de dia; o panoptismo atravessou de tal forma a malha de todas as tecnologias institucionais que os reformadores acreditam, com fundamento, que serão os próprios delinquentes e os próprios loucos a demandar a instituição.

A bem dizer, o entrosamento dos planos judiciário, policial, prisional, hospitalar, familiar, etc., não deixa outra alternativa ao transgressor. O olho que o observa por detrás de elaboradas fontes de informação e de técnicas processuais administrativas e burocráticas é o mesmo olho multifacetado e cientista que observa, classifica e processa (no sentido positivo do termo) qualquer cidadão comum.

Gostaria de avançar nesta problemática recorrendo a um exemplo aparentemente paradoxal: *O Processo* de Kafka. Vejamos primeiro porque é que ele pode ser tomado como exemplo e depois porque razão ele é aparentemente paradoxal. *O Processo* de Kafka, universalmente conhecido, pode perfeitamente valer em termos exemplares. Primeiro, porque sendo um processo literário é mais real do que muitas peças processuais do arquivo histórico ou mesmo perante um conjunto de narrativas concretas agrupadas e estilizadas; segundo, porque se trata de um processo panóptico completo e acabado ao longo do qual Kafka expõe, com intensidade, a contínua e progressiva *fabricação do Senhor K*, isto é, *do indivíduo* enquanto sujeito de pensamento e de emoções na sua vivência quotidiana marcada por deveres, direitos e pelo estigma de uma falta talvez criminoso. Não se sabe qual é este «crime» nem porque é crime, nem quando, nem onde foi perpetrado. Este absoluto desconhecimento da acusação, o seu sentimento interior de inocência, bem como outros factores que temos de deixar aqui em suspenso, fazem do processo um caso excepcional. E, precisamente, porque é excepcional auxilia a configuração da regra tanto mais que os princípios da *circularidade e da transparência não-recíproca* funcionam tão bem na narrativa kafkiana como no Panóptico benthamiano.

Há, todavia, um momento na obra que parece ultrapassar os limites da excepcionalidade e fazer dela uma espécie de contra-paradigma do panoptismo. Trata-se do assassinio do protagonista Joseph K. numa «odiosa cerimónia» nocturna que decorreu em silêncio, fora da cidade, junto de «uma pequena pedreira deserta e abandonada». No final, o Senhor K. ainda pôde ver-se a morrer «“tal como um cão!” disse ele». A sua vida, que ele tanto queria continuar, acabava ali sem apelo nem agravo, da forma mais absurda e inexorável.

O que há neste caso de aparentemente paradoxal é que a morte se vem inscrever numa estratégia de vigilância circular e invisível, altamente sofisticada.

Esta estratégia está perfeitamente de acordo com o panoptismo das sociedades disciplinares enquanto que a repressão mortal está, por princípio, fora dos seus horizontes. Mas isto não quer dizer que os mecanismos disciplinares de controlo do indivíduo não tenham recorrido, em determinadas situações, à violência física — para já não falar da pena de morte

que progressivamente deixou de ser um espectáculo público pretensamente edificante para ser aplicada cada vez mais com discrição, fora do alcance dos olhares. Foi assim que aconteceu no caso de Joseph K: « — eram cerca das 9 horas da noite, altura em que o silêncio enche as ruas...».

No entanto, para todos os efeitos, *O Processo* de Kafka é irreduzível a um caso de justiça criminal. Por isso, este exemplo mostra-nos que não é possível ignorar que há no panoptismo um resto de crueldade que pode mesmo anular a vida de indivíduos tão cumpridores como Joseph K. — resto supliciante e cruel que vem do fundo dos tempos e do qual se socorreu a estratégia panóptica em certos períodos da contemporaneidade que é desnecessário lembrar.

Vê-se, agora, com mais clareza, o alcance da hipótese do panoptismo. Ela defende que, por princípio, a normalização das vidas singulares é produzida por um poder — um olhar contínuo que se exerce sem interrupção, que no seu limite não necessita de grades, correntes, fechaduras, suplícios, pequenas violências ou de qualquer tipo de constrangimento físico para obter os efeitos desejados (cf. *El Panóptico*, p. 33 e ss.). Este olhar que nos textos de Foucault recebe a qualificação de “ortopédico”, “disciplinar” ou “normalizador” não ficaria diminuído pelo adjectivo pedagógico. É que, apesar da história dos dois últimos séculos não ser uma história de visões, pois quase todas as suas páginas escorrem sangue, ninguém duvidará que o *pedagogismo* é um dos vectores singularizantes da sua institucionalidade. Recorde-se, por exemplo, a instrução especialmente moral e técnica para o operário; a educação militar e patriótica para os cidadãos que à luz de altos valores eram chamados a fazer a guerra; ou a educação ministrada a esses outros que se desviaram do bom senso e que por isso foram colocados filantropicamente e pedagogicamente nas prisões, nos manicómios ou nos solos virgens dos mundos tropicais, isto é — argumentava-se — mais perto dos seus semelhantes.

O olhar pedagógico deixa-se facilmente surpreender seja na família, na escola, na prisão, na fábrica, no partido político, na creche, no manicómio ou até no jornal. Só de modo residual há lugar para uma ortopedia rigorosamente física. A título de exemplo veja-se esta máquina a vapor, de finais do século XVIII, «para corrigir meninos e meninas malcriados, preguiçosos, gulosos, indóceis, desobedientes, briguentos, mexeriqueiros, faladores, sem religião ou que tenham qualquer outro defeito» (Michel Foucault, *ob. cit.*, fig. 29). *Para nós, esta máquina, imprópria das luzes, actualiza o resto supliciante do passado.* E o mesmo se diga dos aparelhos usados nos manicómios, tais como: coletes, laços, berços, cadeiras giratórias e outros que justamente não passavam de acessórios do olhar disciplinante e de um quotidiano estritamente regulamentado. Não é por acaso que o processo de cura se denominava

*tratamento moral* (vide Ana Leonor Pereira, «A Institucionalização da Loucura em Portugal», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 21, Novembro 1986, sobretudo pp. 92-98).

O que é próprio do pedagogismo iluminado e iluminante ou panóptico é dirigir-se directamente à inteligência do indivíduo de modo que o seu corpo obedeça inteligentemente. Se repararmos, aquela máquina a vapor é o complemento necessário ao olhar para o caso de menores “defeituosos”, isto é, que oferecem resistência ao comando pedagógico dos seus superiores. A violência repressiva é a negação da estratégia das Luzes. Pelo contrário, inventaram-se micro e macro tecnologias disciplinares normalizantes das existências individuais e da vida pública. Vejamos um exemplo muito particular de micro-tecnologia: o interior duma Escola de ensino mútuo no momento do exercício da caligrafia (Litografia de H. Lecomte, 1818) — «... 9: mãos sobre os joelhos. Essa ordem é dada por um toque de campainha; 10: Mãos sobre a mesa, cabeça alta; 11: Limpar as lousas: todos limpam as lousas com um pouco de saliva, ou melhor, com um trapo; 12: Mostrar as lousas; 13: Monitores, inspeccionar. Eles vão ver as lousas dos seus adjuntos e em seguida as do seu banco. Os adjuntos visitam as do seu banco, e todos ficam no lugar» (in Michel Foucault, *ob. cit.*, p. 56).

A finalidade evidente destas ordens é criar nos alunos hábitos de rapidez e ensinar-lhes a passar de uma operação para outra sem demoras nem desvios. A imposição de normas temporais para o cumprimento de um ritualismo eficiente não se verifica apenas na escola mas também no exército, no asilo, no hospital, etc. Pode então dizer-se que o pedagogismo normalizador se serviu do tempo para gerir as existências individuais. *O tempo agora é tudo*. Basta consultar os regulamentos de algumas instituições para se perceber a importância que é dada ao seu emprego, ao seu uso produtivo e utilização intensiva, acelerada, dividida e ordenada. Visava-se, deste modo, tornar dócil e laboriosa uma determinada população o que em termos pedagógicos se traduz assim: a actividade laboral proporcionava o acesso ao valor do trabalho que era entendido como supremo *Bem* pela mentalidade industrialista. «O trabalho, pai da riqueza: o trabalho, o maior dos bens...», escrevia Bentham (*ob. cit.* p. 61).

Mas normalizar não é reprimir e isto parece ser tanto mais notório quanto mais se avança pelo século XX. Com efeito, a actuação normalizante da institucionalidade panóptica revelou-se a médio e longo prazo profundamente criadora e não se vê como é possível haver criatividade num clima de repressão. Mas como se desencadeou em concreto essa criatividade? Em traços largos, do seguinte modo: o vigilante, fosse um director hospitalar, prisional, escolar, ou outro, tinha a incumbência, prevista na lei e nos regulamentos das instituições de elaborar relatórios administrativos

e descritivos da vida do estabelecimento. A observação operada sobre a população para obter efeitos normalizadores era registada de uma forma metódica e disciplinada e o volume de informações acumuladas proporcionou a emergência das ciências humanas: a economia política; as ciências penitenciárias e criminais; a psiquiatria; a psicologia; a pedagogia e outras. Estas disciplinas científicas constituíram-se na base de uma matéria fornecida pelo *dispositivo do exame* fisicamente considerado (fichas, notas, cadernos de documentação, sistemas de classificação, estatísticas, processos, questionários, em suma, o *arquivo*).

Podê, por isso, dizer-se que o exercício do poder criava objectos de saber utilizando material de examinação institucional. Por exemplo: em Portugal, na segunda metade do século XIX, o primeiro tratado de psiquiatria surge depois da institucionalização da loucura e intimamente articulado com aquele processo (veja-se Ana Leonor Pereira, «Júlio de Matos: a ciência e a política» *Psiquiatria Clínica* 4 (1), pp. 49-56, 1983). O saber não está, de facto, apartado do poder e vice-versa mas conjugase com ele, justamente através de um dispositivo novo — o *exame* — que historicamente sucedeu ao inquérito (veja-se Michel Foucault, *A Verdade e as Formas Jurídicas*, Cadernos da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1974). Pode também concluir-se que o exame é a matriz da institucionalidade contemporânea no sentido em que é a chave do funcionamento das sociedades técnico-científicas. Seja o exame médico, laboral, militar, psiquiátrico, psicológico, seja o exame científico de selecção e exclusão de enunciados, em todas as práticas sociais encontramos este esquema operatório, os seus rituais, métodos, personagens, os seus papéis, os seus jogos de perguntas-respostas, os seus sistemas de classificação e de hierarquização.

O exame não só funda a emergência do indivíduo enquanto objecto analisável, descritível e classificável como atravessa a sua existência fenoménica (veja-se, entre muitos outros, Jean Paul-Sartre. «Individualismo e conformismo nos Estados Unidos» in *Situações III*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1971, pp. 77-81). Hoje “persegue-o” desde o nascimento até à morte para já não falar da vigilância que se exerce sobre ele antes e durante a sua concepção. Lembramos aqui apenas o teste pré-natal e as consultas de orientação profissional. Assim objectivado por diversos olhares científicos, o indivíduo tende a tornar-se, na sua totalidade, um sujeito transparente (veja-se Jürgen Habermas, *La Technique et la Science comme Idéologie*, Paris, Denoël/Gonthier, 1978, pp. 64 e ss.; António Marques Bessa, «A Utopia no Mundo Moderno», *Futuro presente*, Revista de Cultura e Intervenção, n.º 1, Maio-Junho, 1980, pp. 25-40).

Em conclusão: a disciplina normalizadora consistia, na institucionalização de formas de comportamentos, desejos, emoções, interesses,



jogos de vantagens e desvantagens, cálculos de utilidades e benefícios, de lucros e de perdas no tempo curto da existência individual mas também na longa duração da sua progénie. Tratava-se de corrigir “deformidades” e tendências ditas anacrónicas do corpo e da alma com método, regularidade e exercício, segundo modelos, códigos, regulamentos, horários, disciplinas, etc., como se a *gramática natural da vida* resistisse à febre do industrialismo optimista. Na verdade, os diversos procedimentos técnico-científicos que a rede institucional foi produzindo e aplicando tornaram a gramática da vida cada vez mais inventiva e criadora.

Não podemos terminar sem deixar explícito que todas as actividades normalizadoras, equilibradas ou obsessivas (distinção fundamental) se encontravam ao serviço da estratégia burguesa de conquista e domínio do mundo através da 'religião' do *Homo Faber* — *Homo Oeconomicus* — *Homo Docilis*. E esta era precisamente a 'religião' do panóptico benthamiano que governava as energias dos indivíduos vinte e quatro horas por dia com uma eficiência notável. A “utopia” de Bentham realizou-se.

